

Formação docente sobre gênero e sexualidade: conhecimento, relevância e caminhos

Educational training on gender and sexuality: knowledge, relevance and ways

Deisi Noro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
deisinoro@gmail.com

Livia Crespi

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
saianicrespi@gmail.com

Márcia Finimundi Nóbile

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
marciafinimundi@gmail.com

Resumo

O presente trabalho analisa o conhecimento prévio e a relevância de uma formação docente continuada sobre gênero e sexualidade, ministrada para professores de quartos e quintos anos do ensino fundamental da rede municipal de Farroupilha/RS. Como procedimento metodológico optou-se pela revisão bibliográfica e questionário misto, aplicado antes e depois da formação. Os resultados apontam para o crescimento do número de docentes que compreenderam a importância do conhecimento sobre a temática após a formação, indicam a necessidade da desconstrução da heteronormatividade através do discernimento entre sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero como forma de reverberar o conhecimento, trilhar caminhos para minimizar o preconceito que interfere na escola como espaço de acolhimento, escuta, inclusão e equidade.

Palavras chave: gênero, sexualidade, formação docente continuada

Abstract

The present work analyzes the prior knowledge and the relevance of a continuing educational training on gender and sexuality, given to teachers of fourth and fifth grade to the municipal network of education of Farroupilha/RS. As a methodological procedure we opted for bibliographical review and mixed questionnaire, applied before and after training. The results show the increase in the number of teachers who understood the importance of knowledge on the subject after the training, indicate the need to deconstruct the heteronormativity through the discrimination between biological sex, sexual orientation, gender identity and gender expression as a way of reverberating the knowledge, to walk ways to minimize the prejudice that interferes in the school as space of reception, listening, inclusion and equity.

Key words: gender, sexuality, continued teaching training

Introdução

O âmbito das discussões sobre gênero e sexualidade engloba referências que estabelecem relações intrínsecas com as formas de comportamentos sociais: estilos de vida, gestos, práticas culturais, religiosidades, rituais, ética, crenças, tabus, valores morais, discursos sobre educação, saúde, entre outros.

A palavra “gênero”, quando apresentada como um conceito social, oriundo das ciências humanas, remonta ao desenvolvimento dos estudos feministas e pós-estruturalistas, nos Estados Unidos, na década de 1960. No Brasil, a partir da década de 1970, surgem os movimentos de mulheres feministas, a exemplo de outros países, mas é no final dos anos oitenta e nos anos noventa que os movimentos vão apresentar novos formatos de atuação e inserção na sociedade.

Nos anos noventa, os debates teóricos dos movimentos sociais e de mulheres começam a ser institucionalizados e “com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, ‘gênero’ tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995, p. 75).

Sexualidade e gênero precisam ser vistos como dimensões distintas que compõem a identidade de cada ser humano, visam organizar a vida pessoal e coletiva e, como categorias de análise, façam parte dos espaços públicos, onde as discussões favoreçam o conhecimento, reconhecimento e pautem o respeito à diversidade.

A sexualidade, abordada pelo ângulo do conhecimento científico, traz “o discurso de sexualidade que não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações inter-individuais, etc...” (FOUCAULT, 1984, p. 149) e passou a ter uma conotação pejorativa, problemática e imoral, quando pensada fora da função da reprodução, em especial, a partir do século XIX.

Em compensação, foi nessa época, sem dúvida, que se puseram a funcionar novas superfícies de aparecimento: a arte com sua normatividade própria, a sexualidade (seus desvios em relação a proibições habituais tornam-se pela primeira vez objeto de demarcação, de descrição e de análise para o discurso psiquiátrico), [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 46)

O pensamento e conseqüentemente o debate sobre gênero e sexualidade advém de achados empíricos, que são repassados de geração em geração, sem o devido contraponto científico e reforçam a sociedade heteronormativa. A heteronormatividade pode ser esclarecida pela “ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou - mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto - para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida” (MISKOLCI, 2012, p.1).

O Ministério Público Federal, através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, pronunciou-se, em 2017, sobre a proibição das discussões das questões de gênero e orientação sexual nas escolas. A Nota Técnica publicada traz no seu alicerce todas as implicações do entendimento da possível escolha da orientação sexual e do caráter de normalidade apenas à heterossexualidade no ambiente educacional.

No caso, o silenciamento imposto implica na impossibilidade de se abordar o gravíssimo problema das violências diárias, cometidas nas escolas contra todas as crianças e adolescentes que não se comportam segundo os padrões heteronormativos de masculinidade e feminilidade. (BRASIL, 2017, p. 29)

A formação docente inicial, nos diferentes cursos de licenciatura, não contempla a diversidade sexual e de gênero, pressuposto necessário para o respeito à população de lésbicas, gays,

bissexuais e transgêneros (LGBT). A possibilidade de acesso à temática passa pela oferta de formação continuada, para uma necessária mudança de atitudes, valores, postura diante da comunidade escolar e se expande para os demais núcleos sociais num esforço conjunto para superar o preconceito arraigado.

Os currículos dos cursos de formação inicial das universidades e faculdades para professores/as (graduação) precisam ter conteúdos específicos sobre o respeito à diversidade sexual, para que estejam preparados/as para acolher efetivamente os/as estudantes LGBT e agir diante dos problemas que surgem nas escolas. (ABGLT, 2016, p. 69)

A formação docente continuada, como agente facilitador de discussões que versam sobre conceitos e controvérsias da aceitação e compreensão da homossexualidade busca a superação da intolerância à diversidade através do conhecimento científico sobre a orientação sexual e a identidade de gênero, necessários “num momento em que as pessoas não-heterossexuais vêm ganhando espaço em direitos e também frente a opinião pública” (BAILEY et al., 2016).

Neste contexto, o presente estudo analisa o conhecimento prévio e a relevância de uma formação docente continuada sobre gênero e sexualidade, ministrada para professores de quartos e quintos anos do ensino fundamental da rede municipal de Farroupilha/RS. Considera a revisão bibliográfica e um questionário misto aplicado aos professores, como pré e pós-teste.

O município de Farroupilha/RS, com 68.000 habitantes, elencou, em 2016, nos objetivos e metas do Plano Municipal de Educação (PME), “questões de gênero” e deflagrou o descumprimento quando, em 2015, após a aprovação do subsequente PME, um grupo de pessoas sentiu-se incomodado com a presença de estratégias que propõem o aprofundamento da temática com alunos de 18 a 29 anos e preconizam o respeito à orientação sexual e a identidade de gênero nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Método

Este trabalho apresenta características de uma pesquisa qualitativa, efetivada através de revisão bibliográfica e aplicação de questionário. Segundo GIL (1999), na pesquisa qualitativa, “a análise já pode iniciar durante o processo de coleta”. A natureza é aplicada, uma vez que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, ao passo que “envolve verdades e interesses locais”, conforme GERHARDT E SILVEIRA (2009). O procedimento aplicado aponta para pesquisa de levantamento, justificado por FONSECA (2002) “este tipo de pesquisa é utilizado em estudos exploratórios e descritivos”.

A formação docente ocorreu em julho de 2018 e contou com 35 professores das turmas de quartos e quintos anos da rede municipal de Farroupilha/RS. Iniciou com um questionário distribuído contendo a identificação, quatro questões fechadas e uma aberta, constituindo o pré-teste. Após a formação continuada foram aplicadas apenas as questões direcionadas à temática, compreendendo o pós-teste. As questões foram analisadas e apontaram o conhecimento prévio, a relevância de uma exposição de três horas sobre gênero e sexualidade e os possíveis caminhos para favorecer a inclusão e a permanência dos/as estudantes na escola.

As questões foram elaboradas com o intuito de analisar o conhecimento prévio à formação sobre o aprofundamento teórico-científico, baseado nos estudos de gênero e nas neurociências, a partir de autores que estudam a diversidade sexual e de gênero, na definição de heteronormatividade, relação entre a violência de gênero e preconceito com a evasão

escolar. Esta parte, somada com a nova aplicação do mesmo questionário compôs a parte qualitativa e quantitativa dos dados da pesquisa.

Reflexões sobre as diferenças entre: sexo biológico e gênero, orientação sexual e identidade de gênero, orientação sexual e educação sexual, identidade de gênero e igualdade de gênero, bem como o esclarecimento sobre a intersexualidade como possibilidade latente do sexo biológico reiteram a importância do conhecimento científico no ambiente escolar e compuseram a formação.

Na sequência, pequenos vídeos, imagens, infográficos e slides de autores/as que fundamentam as neurociências e abordam a homossexualidade, a transgeneridade e a intersexualidade foram analisadas a partir da interação de fatores genéticos e hormonais no desenvolvimento embrionário, como condição humana do nascimento.

Resultados

O perfil dos/as docentes está disposto nas quatro primeiras figuras. Os/As docentes apresentam dedicação exclusiva ao ensino público, sendo que 77,14% lecionam somente nos anos iniciais, 14,3% trabalham nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, 5,7% além destes, também com o Ensino Médio e apenas 2,9% exclusivamente com anos finais.

Quanto à formação inicial, tem-se uma professora com a graduação em andamento, 21 pedagogos/as, sete especialistas e uma mestra, conforme dados em porcentagem, expressos na Figura 1:

■ Superior em andamento ■ Superior completo ■ Especialização ■ Mestrado

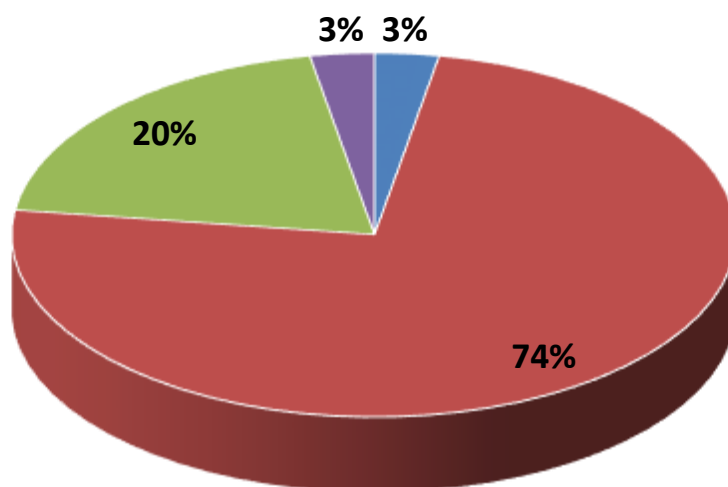


Figura 1: Percentual de docentes por formação inicial. Farroupilha, 2018.

A idade dos/as professores/as participantes da pesquisa mostra que 71,4% dos profissionais estão entre os 30 e os 49 anos, 11,4% tem entre 20 e 29 anos e 17,2% tem mais de 50 anos.

■ 20 a 29 anos ■ 30 a 49 anos ■ mais de 50 anos

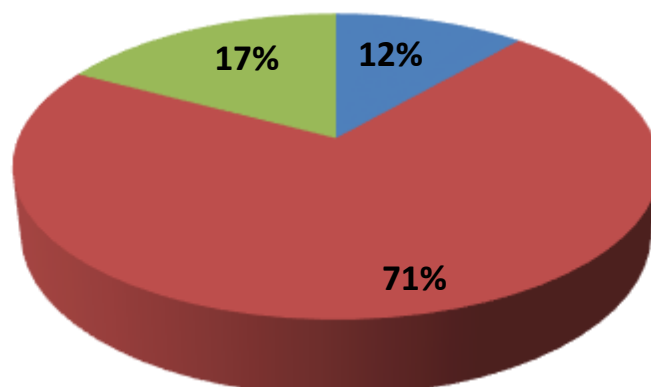


Figura 2: Percentual de docentes por idade. Farroupilha, 2018.

O tempo de atuação dos/as participantes no magistério aponta que 71,14% têm mais de 11 anos de experiência docente, 14,2% entre seis e dez anos e 14,2% tem de um a cinco anos.

■ 1 a 5 anos ■ 6 a 10 anos ■ 11 anos ou mais

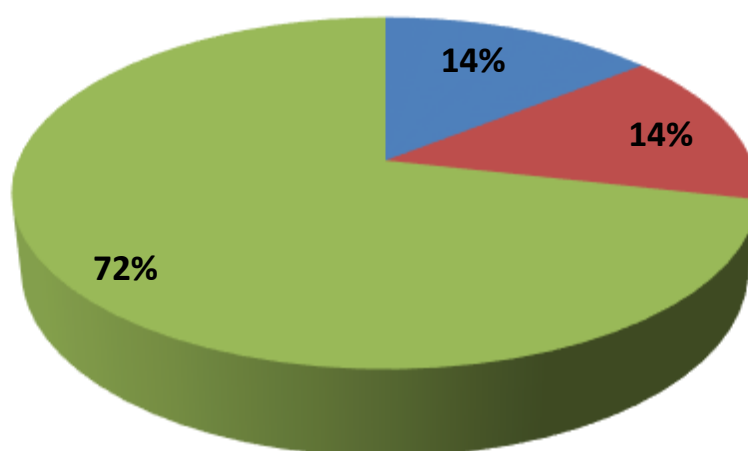


Figura 3: Percentual de docentes por anos de experiência docente. Farroupilha, 2018.

Quanto à participação em curso de extensão que tenha abordado a temática diversidade sexual e de gênero, 17% dos/as participantes afirmaram ter frequentado e 83%, não, conforme a Figura 4:

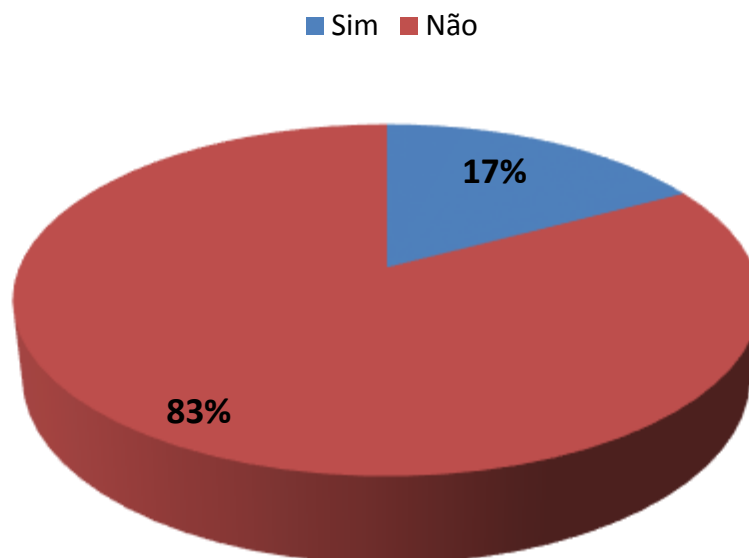


Figura 4: Percentual de docentes que participou de algum curso de extensão sobre gênero e sexualidade. Farroupilha, 2018.

As questões elencadas na tabela abaixo foram aplicadas como pré e pós-teste e objetivaram verificar o conhecimento pontual sobre heteronormatividade, além da relevância da temática para os/as docentes:

Questão	Questões Fechadas aplicadas como pré e pós-teste	Possíveis respostas
1	A temática diversidade sexual e de gênero deve ser abordada na formação continuada de professores promovida pela Secretaria Municipal de Educação (Seduc) de Farroupilha.	() Concordo () Discordo () Não tenho opinião
2	O conhecimento sobre a heteronormatividade diante dos estudos de gênero e das neurociências pode impactar a prática docente em sala de aula.	() Concordo () Discordo () Não tenho opinião
3	Violência de gênero e preconceito contra orientação sexual podem ser causa de evasão escolar, bullying e/ou discriminação na escola.	() Concordo () Discordo () Não tenho opinião
4	Na sua opinião, a compreensão por parte do docente de temas como orientação sexual e identidade de gênero pode auxiliar na diminuição de evasão escolar, bullying, violência e discriminação no ambiente escolar?	() Concordo () Discordo () Não tenho opinião
Questão aberta aplicada como pré e pós-teste		
5	O que você compreende por heteronormatividade?	

Tabela 1: Questões apresentadas antes e depois da formação continuada.

A tabulação dos questionamentos foi organizada nas figuras subsequentes com o percentual de pessoas que concordaram com a afirmação, isto é, reconhecem a importância e a relevância do conhecimento docente sobre a temática. Da mesma forma, foram consideradas as pessoas que discordaram e as que não tinham opinião sobre a afirmação feita. Em cada um dos indicadores foram comparados os resultados do pré-teste, antes da formação, com o pós-teste, após a formação.

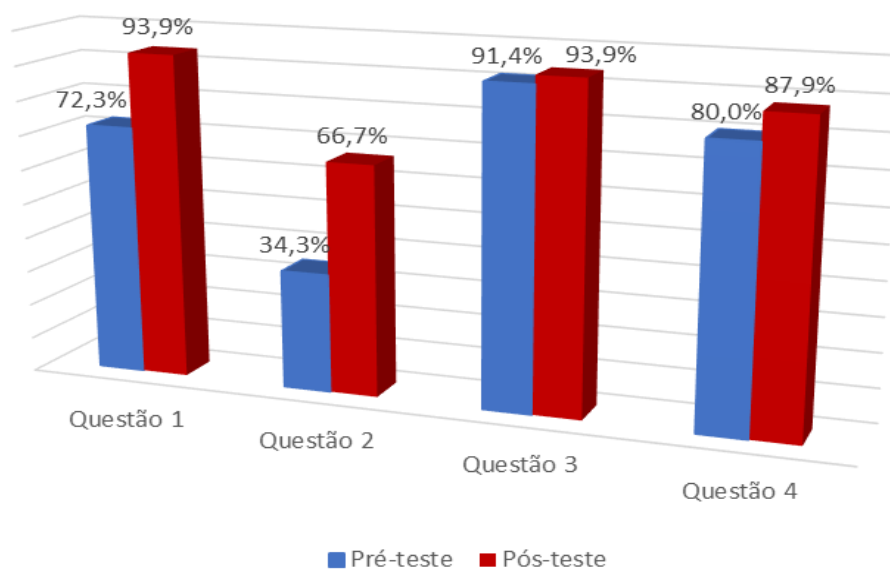


Figura 3: Percentual de docentes que concordaram com as afirmações – questões de 1 a 4. Farroupilha, 2018.

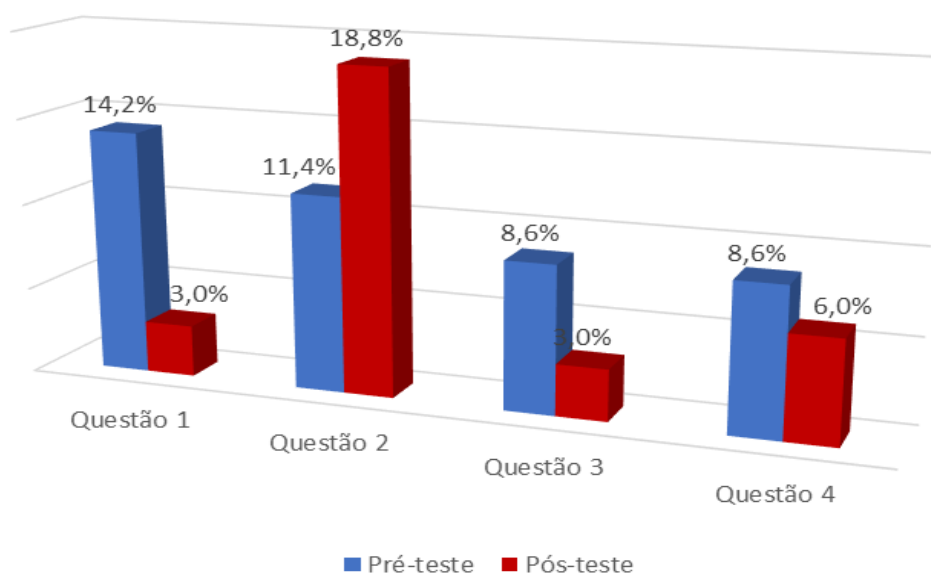


Figura 4: Percentual de docentes que discordaram da afirmação – questões de 1 a 4. Farroupilha, 2018.

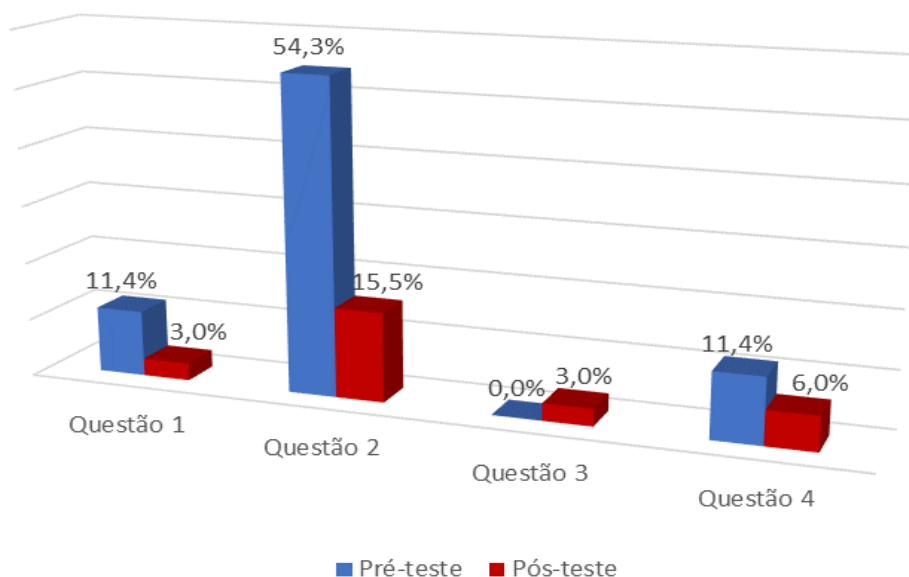


Figura 5: Percentual de docentes que não tinham opinião – questões de 1 a 4. Farroupilha, 2018.

Antes da formação, um fator que chamou a atenção na análise dos questionários é que apenas 5,6% compreendiam o significado da palavra heteronormatividade, 23,1% erraram a resposta e 71,4% afirmaram não saber o significado da mesma ou não preencheram a resposta. Seguem as respostas de algumas pessoas para a pergunta: O que você compreende por heteronormatividade?

P1. Situações referentes a orientação sexual e o sexo da pessoa, algumas vezes difere.

P2. Que cada ser é considerado normal no seu corpo que nasceu, independente de sua orientação sexual.

P3. “Normalidade” ou que se julga “normal” nas questões de estudos de gênero.

P4. Não conheço este termo, mas acredito que se refira à questão contrária à identidade de gênero.

Após a formação, 33,3% acertaram, 39,4% erraram a resposta e 27,3% ainda não sabiam ou não preencheram. Algumas das respostas chamaram a atenção:

P5. É que ser heterossexual é normal, segundo a sociedade a qual estamos inseridos.

P6. É a aceitação da heterossexualidade como a regra na sociedade, é o normal. E atualmente isso deve ser revisto e aceito quando falamos sobre a sexualidade humana.

P7. O que é considerado “normal”, ou seja, ser hetero.

P8. É acreditar que o normal são somente aquelas que se autodenominam heterossexuais.

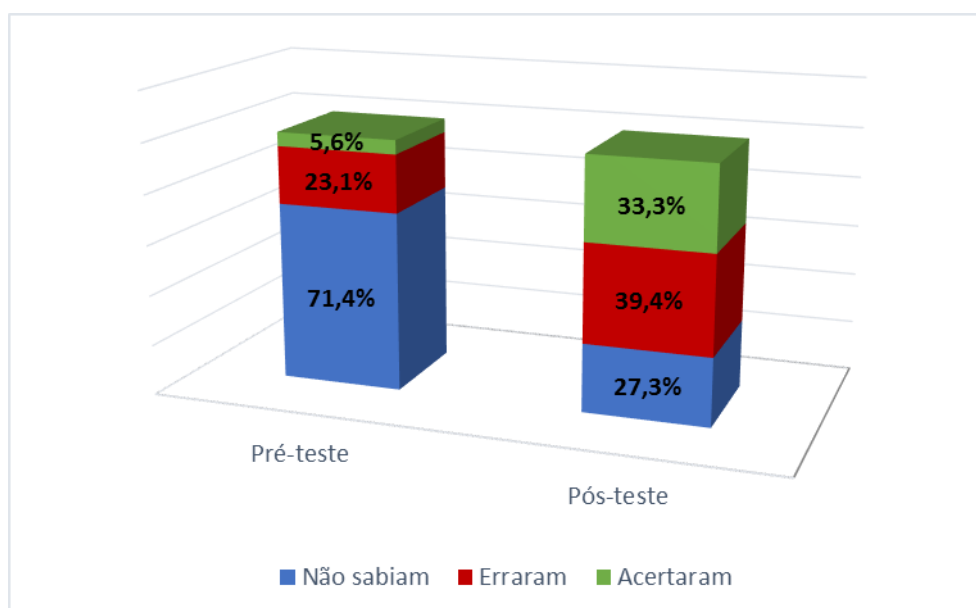


Figura 6: Percentual de docentes diante da pergunta aberta sobre a heteronormatividade. Farroupilha, 2018.

A análise dos resultados da questão aberta permite inferir que a palavra heteronormatividade não fazia parte do vocabulário da maioria dos/as docentes, até a formação, o que permitiu uma tentativa de resposta no pós-teste. A dificuldade pode estar relacionada ao fato de 83% deles/as nunca ter frequentado um curso sobre o assunto, associado à formação inicial com ausência de abordagens sobre diversidade sexual e de gênero. A necessidade de mais tempo para esclarecer o tema e diminuir a resistência sobre a matéria, também ficou evidenciada na hora de redigir a resposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, ao verificar o conhecimento prévio sobre gênero e sexualidade, revela a distância entre os/as docentes e a temática, fruto da visão social implantada e da lacuna na formação inicial, embora a maioria dos/as perguntados/as concorde que a violência de gênero e o preconceito contra a orientação sexual podem ser causa de evasão escolar, bullying e/ou discriminação na escola.

A formação docente continuada visa agregar conceitos que possam chegar à comunidade escolar. É necessário o esforço conjunto para superar os obstáculos que dizem respeito às questões pessoais arraigadas numa sociedade que precisa conhecer, reconhecer e valorizar as diferenças.

A superação da intolerância à diversidade sexual e de gênero necessita de conhecimento que se processa através da formação docente em todos os níveis de escolaridade como agente facilitador de discussões que versam sobre conceitos e controvérsias, mas sobretudo do aprofundamento em direitos humanos e ensino de ciências em torno das diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

As respostas obtidas na questão aberta sobre a heteronormatividade possibilitam afirmar que o desconhecimento por parte dos docentes sobre a temática é significativo, embora tenham apresentado dificuldade em sustentar uma resposta dentro de suposições sobre um assunto tão presente e não difundido na sociedade, revelando a importância de mais horas de formação.

A construção da prática do respeito, cidadania e acolhimento frente ao conceito impetrado de uma sociedade que reconhece apenas a heterossexualidade como orientação sexual e a cisgeneridade como identidade de gênero indica a urgência em minimizar a evasão e exclusão escolar das pessoas LGBT. O percurso é longo, uma vez que precisa abdicar dos contrassensos conceituais que interceptam e geram uma defasagem de muitos anos nas discussões sobre o tema.

O reconhecimento sobre a importância de respeitar é unânime na fala do grupo decente, mas a compreensão de que para respeitar é necessário conhecer e reconhecer a forma correta de reportar-se às pessoas com orientação sexual não-heterossexual e identidade de gênero não-cisgênera surge pelo conhecimento, oriundo de leituras, estudos, discussões, formações e debates, indicando caminhos para minimizar o preconceito.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BAILEY, J. Michael; VASEY, Paul. L.; DIAMOND, Lisa; BREEDLOVE, Sthefen Marc; VILAIN, Eric; EPPRECHT, Marc. Sexual Orientation, Controversy, and Science. **Psychological Science in the Public Interest Cornell University**. USA, v. 17, n.2, p.45-101, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/301639075_Sexual_Orientation_Controversy_and_Science. Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. MPF/PFDC. Nota Técnica nº 02 de 15 de março de 2017. “Notificação extrajudicial” voltada a proibir a discussão sobre questões de gênero e orientação sexual nas escolas. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12363/12363_10.PDF. Acesso em: 05 ago. 2017.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo. Método de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. cap. 16, p. 243-76: sobre a história da sexualidade.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol.20, n° 2, 1995, pp. 71-99, jul./dez.